

## ORIENTAÇÃO SOBRE REAVALIAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

A Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS) da Secretaria da Administração e da Previdência (SEAP), sobre as demandas das Comissões Especiais de Reavaliação e Renegociação de Licitações e Contratos (CERRLC) para atender ao [Decreto 515 - 13 de Fevereiro de 2019](#) (ANEXO I) que estabelece que Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual promoverão a reavaliação das licitações em curso para compras e contratações de bens e serviços e dos instrumentos contratuais em vigor, relativos ao fornecimento de bens e serviços

1. **DO LEVANTAMENTO** dos contratos vigentes em 2019:
  - 1.1. O setor administrativo deverá efetuar levantamento no GMS dos registros de contratos em execução em 2019 conforme **ANEXO II**;
  - 1.2. Encaminhar protocolado ao dirigente máximo do órgão ou entidade.
2. **DAS COMISSÕES ESPECIAIS**, cujos integrantes serão designados:
  - 2.1. Pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, para avaliação de contratos de valor igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00;
  - 2.2. Pelo dirigente máximo do órgão ou entidade em ato conjunto com o Secretário da SEAP, para avaliação de contratos de valor superior a R\$ 10.000.000,00.
3. **DA REAVALIAÇÃO**, as CERRLC designadas deverão analisar os contratos em execução e as licitações em curso observando no mínimo os seguintes aspectos:
  - 3.1. A **revisão da conveniência** e oportunidade da contratação;
    - a) A necessidade de seu objeto em relação ao desempenho da atividade do órgão ou atendimento ao cidadão, focando em sua redução ou a possível extinção do contrato;
    - b) O nível de prioridade dentre as diversas necessidades do órgão;
    - c) A vigência atual, os critérios de prorrogação e dos aditamentos de extensão do prazo já ocorridos.
  - 3.2. A **redução dos preços** cotados ou contratados, conforme o caso;
    - a) O preço contratado, comparando-o com os preços de mercado e com preços praticados em outros contratos de mesmo objeto ou objeto similar;
    - b) Os critérios de reajuste: índice, data base, aplicabilidade (compulsória ou negociável), se há reajustes pendentes, etc;
    - c) A atual situação dos pagamentos das parcelas, incluindo a cobertura, ou não, de empenho para parcelas não pagas em exercícios anteriores;

- d) Nos contratos de locação de imóveis devem ser consideradas as hipóteses de readequação de espaço, compartilhamento de setores e/ou órgãos e utilização de imóveis próprios objetivando a extinção de contratos e despesas decorrentes.
- 3.3. A **redução das quantidades** licitadas ou contratadas, conforme o caso, ao nível da disponibilidade orçamentária ou do estritamente necessário para atendimento da demanda, a que for menor, respeitados os limites legais.
  - a) O volume (quantitativos/ escopo) da contratação, focando em sua potencial redução;
  - b) Os aditamentos eventuais futuros para reduções e acréscimos (%) de quantitativo e valor.
- 3.4. Os **órgãos e entidades promoverão**, conforme o caso e na forma da lei, a alteração dos editais de licitação e iniciarão imediatamente a renegociação dos contratos vigentes, não podendo dessas ações resultar:
  - a) Aumento de preços;
  - b) Aumento de quantidades;
  - c) Redução da qualidade dos bens ou serviços;
  - d) Outras modificações contrárias ao interesse público.
- 3.5. Com estas questões, **as CERRLC** devem buscar todas as informações possíveis sobre o Contrato junto ao respectivo Gestor e sobre Licitação em curso junto ao responsável pela área requisitante.
- 3.6. A **CERRLC deverá conhecer** os limites orçamentários estabelecidos pela SEFA ao respectivo órgão para o exercício de 2019 (QDD).
- 3.7. **As reavaliações deverão estar concluídas até 29 de março e enviados à Casa Civil até o dia 10 de abril de 2019 aos cuidados de João Giona.**
- 4. **DA RENEGOCIAÇÃO** dos Contratos em vigor, sugere-se:
  - 4.1. Convocar o gerente ou gestor do contrato (do órgão) e o representante legal da Contratada (pode ser utilizado o ofício modelo SEAP);
  - 4.2. Conferir se o representante legal tem poderes para a negociação;
  - 4.3. Expor a situação dos limites orçamentários estabelecidos pela COE/SEFA em função da receita e que implicam em cortes das despesas;
  - 4.4. Relatar aspectos avaliados que sinalizam para eventual possibilidade de renegociação (conforme o caso: redução dos preços, redução de quantidades, possibilidade de obter preços ou condições comerciais mais favoráveis ao Estado em nova licitação para o mesmo objeto e/ou outros aspectos identificados na fase de avaliação do contrato);
  - 4.5. Propor os termos de renegociação e, caso a resposta não seja imediata, estabelecer prazo - até 48 horas - para apresentação de resposta por escrito, sendo que em caso negativo a empresa deverá apresentar planilha de custo detalhada do preço contratado, para avaliação da Comissão quanto a possibilidade de manutenção do contrato.
  - 4.6. Das licitações em curso, recomenda-se apurar junto à área requisitante a real necessidade do objeto, consideradas as hipóteses de adiamento da despesa e redução

dos quantitativos/ escopo/ valores sempre tendo em conta os limites orçamentários estabelecidos pela COE/SEFA para o atual exercício;

**4.7. As renegociações para o cumprimento do disposto neste artigo deverão estar concluídas até 30 de abril e enviados à Casa Civil até o dia 10 de maio de 2019 aos cuidados de João Giona;**

4.8. Os contratos em vigor para prestação de serviços continuados, cuja renegociação não resultar favorável ao interesse público e com vigência até o prazo previsto no parágrafo anterior poderão, a critério da Administração, ter sua vigência prorrogada, desde que procedida a imediata abertura de processo licitatório;

- a) A prorrogação de que trata o parágrafo anterior ficará limitada ao prazo de conclusão do correspondente processo licitatório;
- b) Os contratos para prestação de serviços continuados com prazo de vigência após 30 de abril de 2019 deverão ter suas renegociações concluídas em até 60 (sessenta) dias antes de seu vencimento, data em que, a critério da Administração, poderá ser providenciada nova licitação, notificando o contratado, desde logo, da não prorrogação do respectivo contrato.

**5. DOS RELATÓRIOS**, concluídas as etapas anteriores, as Comissões deverão:

5.1. As comissões especiais deverão elaborar relatórios mensais das fases de reavaliação e de renegociação, contemplando as providências adotadas e os resultados obtidos, para ratificação pela autoridade que a designou.

- a) Os relatórios de que trata o caput deste artigo deverão ser encaminhados até o dia 10 do mês subsequente à Casa Civil para análise, consolidação e divulgação dos resultados alcançados.